



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

RODRIGO ALVES DA COSTA

**EFEITOS DOS INCENTIVOS AOS EMPREENDEDORES SOBRE O NÍVEL DE
RENDIMENTO, EMPREGO E FATURAMENTO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO
PROGRAMA CASA DO EMPREENDEDOR DE BANANEIRAS-PB**

João Pessoa, 2018

RODRIGO ALVES DA COSTA

**EFEITOS DOS INCENTIVOS AOS EMPREENDEDORES SOBRE O NÍVEL DE
RENDIA, EMPREGO E FATURAMENTO: UMA AVALIAÇÃO A PARTIR DO
PROGRAMA CASA DO EMPREENDEDOR DE BANANEIRAS-PB**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida

João Pessoa, 2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C837e Costa, Rodrigo Alves da.

Efeitos dos incentivos aos empreendedores sobre o nível de renda, emprego e faturamento: Uma avaliação a partir do programa Casa do Empreendedor de Bananeiras-PB / Rodrigo Alves da Costa. – João Pessoa, 2018.

49f.: il.

Orientador(a): Profº Dr. Alessio Tony Cavalcanti de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – UFPB/CCSA.

1. Casa do Empreendedor. 2. avaliação. 3. renda. 4. ocupação. 5. faturamento. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:33(043.2)

Gerada pelo Catalogar - Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica do CCSA/UFPB, com os dados fornecidos pelo autor(a)

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA


AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Comunicamos à coordenação do curso de graduação em Ciências Econômicas (bacharelado) que o trabalho de conclusão de curso (TCC) do aluno **RODRIGO ALVES DA COSTA**, matrícula 11023295, intitulada "Efeitos dos incentivos aos empreendedores sobre o nível de renda, emprego e faturamento: Uma avaliação a partir do programa Casa do Empreendedor de Bananeiras-PB", foi submetido à apreciação da comissão examinadora, composta pelos professores: Dr. Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida (orientador), Dr. Hélio de Sousa Ramos Filho (examinador) e Dra. Márcia Cristina Silva Paixão (examinadora) no dia 11/6/18, às 10 horas, no período letivo 2017.2

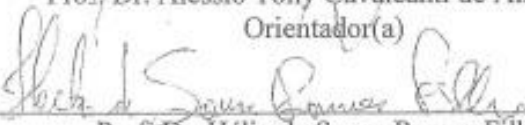
O TCC foi APROVADO pela Comissão Examinadora e obteve nota (9,5).

Reformulações sugeridas: Sim () Não (☒)


Atenciosamente,



Prof. Dr. Aléssio Tony Cavalcanti de Almeida
Orientador(a)

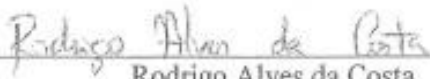


Prof. Dr. Hélio de Sousa Ramos Filho
Examinador



Prof. Dra. Márcia Cristina Silva Paixão
Examinadora

Ciente: _____



Rodrigo Alves da Costa
Aluno

João Pessoa- PB
2018

Dedico à minha família, em especial minha
mãe, Maria de Lourdes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus e à toda minha família por contribuírem e estarem sempre presentes nos momentos de dificuldades e também nas minhas conquistas. Quero agradecer em especial à minha esposa, Maria Ludmilla, à qual me motiva diariamente, e ao meu filho, João Miguel, por sua compreensão, apesar da pouca idade.

Agradeço ao meu orientador, prof. Dr. Aléssio Tony, o qual esteve sempre disponível e me ajudou a elaborar este presente trabalho, no mais, agradeço à todos os professores que tive durante essa jornada, os quais tornaram possível essa realização por meio dos conhecimentos à mim repassados.

RESUMO

Por meio deste estudo, busca-se analisar a importância do programa social de assistência para as micro e pequenas empresas no Brasil, mais especificamente, em municípios com baixo poder aquisitivo. Direcionou-se então para uma avaliação do programa Casa do Empreendedor no município de Bananeiras-PB durante o período de 2013 a 2018. A pesquisa buscou mensurar, do ponto de vista micro, o impacto do programa sobre o nível de renda, ocupação e variação no faturamento das empresas. Na visão macro, observou-se a relação do programa sobre o comportamento do PIB e PIB *per capita* local. Mediante estimativas obtidas com regressões múltiplas (logística ordinal e linear) aplicadas sobre uma amostra de dados primários, concluiu-se que existe uma relação entre o programa e as variáveis anteriormente citadas. Entretanto, os dados não se mostraram suficientes para garantir uma significância estatística devido a amostra ser relativamente pequena. Apesar disso, evidenciou-se a satisfação entre os beneficiados pelo projeto e, sobretudo, a sua importância para o desenvolvimento do município.

Palavras-chave: Casa do Empreendedor; avaliação; renda; ocupação; faturamento.

ABSTRACT

The purpose of this study is to analyze the importance of the social assistance program for micro and small enterprises in Brazil, more specifically in low-income municipalities. We proceeded, thus, to evaluate the *Casa do Empreendedor* (House of the Entrepreneur) program in the municipality of Bananeiras, Paraíba, Brazil, during the period from 2013 to 2018. The research seeks to measure, from the micro point of view, the impact of the program on the level of income, occupation and variation in the enterprises' invoicing. From the macro point of view, we observed the relation of the program with the behavior of GDP and GDP per local capita. Based on estimates obtained with ordinal and multiple linear logistic regressions applied on a sample of primary data. We concluded that there is a relationship between the program and the variables previously mentioned. however, the data were not sufficient to guarantee statistical significance since the sample is relatively small. In spite of this, the satisfaction among those benefited by the project and especially its importance for the development of the municipality was evidenced.

Keywords: Casa do Empreendedor; evaluation; income; occupation; revenues.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Descrição das variáveis utilizadas	23
Quadro 2	PIB <i>per capita</i> de Bananeiras e Belém de 2010 a 2015	29
Quadro 3	Demonstrativo Econômico de Bananeiras-PB de 2010 a 2015;;.....	29
Quadro 4	Valor adicionado por setor em Bananeiras-PB, a preços de 2010	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 PIB de Bananeiras-PB de 2010 a 2015 a preços de 2010	26
Gráfico 2 PIB da Paraíba de 2010 a 2015 a preços de 2010	27
Gráfico 3 Variação percentual do PIB do Brejo Paraibano e de Bananeiras-PB	28

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Análise descritiva do Perfil das Empresas	33
Tabela 2	Análise descritiva do Perfil dos Empreendedores	34
Tabela 3	Análise descritiva do programa Casa do Empreendedor	35
Tabela 4	Regressão logística ordinal sobre a variável dependente Renda Familiar ..	36
Tabela 5	Regressão múltipla sobre a variável dependente Ocupação	37
Tabela 6	Regressão múltipla sobre a variável dependente Variação no Faturamento	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo Geral	13
1.1.2	Objetivos Específicos	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1	EMPREENDEDORISMO NO BRASIL	17
2.1.1	Perfil da Demanda por Crédito de Programas de Empreendedorismo .	18
2.2	MARCO EMPÍRICO	19
3	METODOLOGIA	21
3.1	ESTRATÉGIA EMPÍRICA	23
3.2	DADOS	26
4	CENÁRIO ECONÔMICO DE BANANEIRAS-PB	29
5	AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA	36
5.1	ANÁLISE DESCRITIVA DO PROGRMA	37
5.1.1	Impacto do Programa sobre a Renda Familiar	39
5.1.2	Impacto do Programa sobre o Nível de Ocupação	41
5.1.3	Impacto do Programa sobra a Variação no Faturamento	43
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	46
	APÊNDICE A	48

1 INTRODUÇÃO

A gestão pública local tem papel fundamental para promover o bem-estar social, sobretudo, de regiões com baixo nível de desenvolvimento. Para uma maior efetividade e eficiência dos recursos disponíveis é necessário confrontar todas as ações desempenhadas pela gestão pública com os resultados auferidos. Nesse contexto, o conceito de gestão na perspectiva governamental deve estar relacionado com a maximização dos resultados sociais e econômicos.

Após a Constituição de 1988 houveram melhorias em prol do desenvolvimento dos municípios buscando acelerar esse processo, logo, a gestão pública municipal ganhou uma autonomia ainda inexistente na época. Desde então, são formuladas políticas em prol de melhoria na alocação dos recursos, uma tarefa atribuída à políticos eleitos pelo voto da sociedade, a qual demanda e usufrui dos serviços prestados pela classe.

Diante do exposto, esta pesquisa tem o objetivo de avaliar os resultados do programa de crédito ao empreendedor local, denominado ‘Casa do Empreendedor’ realizado no município de Bananeiras-PB, relacionando-o com o nível de renda dos beneficiados, faturamento das empresas, geração de empregos e sobretudo, com relação ao impacto no desenvolvimento econômico da cidade em termos macro. Esse projeto nasce de um convênio com o Programa de Apoio ao Empreendedorismo na Paraíba (Empreender-PB) do governo do Estado da Paraíba, iniciado em 2011.

Inicialmente o projeto chegou ao município vinculado ao Empreender-PB e de acordo com a prefeitura da cidade, como sendo a primeira franquia pública do Brasil, logo estava estabelecido o Empreender Bananeiras. A partir daí surgiu a Casa do Empreendedor, um aprofundamento do programa que buscou atrair de forma mais clara e objetiva os empreendedores locais, e logo se consolida através do fomento dos serviços, com informações e transparência para a população, visando facilitar o acesso ao crédito assim como dar suporte aos interessados antes, durante e depois de recebido o crédito.

De 2013 a 2018, o projeto atingiu em torno de quinhentos beneficiados, com mais de um milhão e setecentos mil reais repassados a estes empreendedores para diversificados ramos de atividade, portanto, busca-se avaliar se tais repasses obtiveram o retorno esperado, ou seja, se alcançaram os impactos desejados de acordo com seus objetivos, e para isso, observa-se o seu marco lógico – Método de acompanhamento e avaliação de projetos e programas, desenvolvido pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) – como parâmetro. O projeto da Casa do Empreendedor representa um

exemplo de instrumento da gestão pública na busca do desenvolvimento local e consequentemente elevação do nível de bem-estar social. Cabe então, a gestão administrativa utilizar as ferramentas necessárias e disponíveis de forma que traga benefícios a sociedade.

A presente análise será baseada na aplicação do programa durante o período de 2013 a 2018, o qual representa do seu lançamento até o atual momento em que as atividades prosseguem. No trabalho, são utilizados dados primários e secundários, os primeiros alcançados por meio de uma pesquisa de campo aplicada a dois grupos – tratado e controle – na cidade de Bananeiras-PB e Belém-PB, respectivamente, durante o mês de Março de 2018. As fontes dos dados secundários coletados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), e Casa do Empreendedor. Busca-se avaliar se essa política de incentivo apresentou impacto positivo sobre os indivíduos beneficiados e, por decorrência, os reflexos para o desenvolvimento do município.

O período de investigação dessa pesquisa ficou caracterizado por um elevado investimento no turismo local, além das mudanças na estrutura política do município, a perspectiva futura é de mudanças na economia da microrregião do brejo paraibano, a qual o município faz parte, em geral, devido à visibilidade do turismo que atrai renda externa e consequentemente estimula o novo empreendedor local.

O trabalho está dividido em seis capítulos, além deste introdutório o próximo apresenta os referenciais teóricos utilizados como parâmetros, o terceiro apresenta a metodologia aplicada para a realização da análise e os dados utilizados, o quarto faz uma análise descritiva do perfil macroeconômico do município relacionando-o com a atuação do programa Casa do Empreendedor no período do estudo. No quinto, observa-se os resultados do impacto do programa sobre as variáveis (renda, ocupação e faturamento) após a aplicação dos modelos econométricos, e por fim, o sexto apresenta as considerações finais.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral:

Analisar o impacto do programa Casa do Empreendedor sobre o nível de renda familiar, emprego e faturamento das empresas no município de Bananeiras – PB e observar a sua relação com o PIB e PIB *per capita* local.

1.1.2 Objetivos específicos:

- a) Avaliar os resultados do programa durante o período de 2013 a 2018 e sua perspectiva para os próximos anos, relacionando com o PIB *per capita* e crescimento econômico local.
- b) Avaliar o impacto do programa para a melhoria no nível de emprego e faturamento do comércio local.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo do tempo, os municípios foram ganhando força e autonomia e com isso a responsabilidade de estabelecer políticas que distribuam bens e serviços públicos de forma mais justa possível em busca da redução da desigualdade social e erradicação da pobreza, essa ideologia é levada de geração em geração. Segundo Silva (1954), os municípios crescerão fundamentalmente em três direções, são elas, protegendo os interesses dos consumidores e atendê-los, expandindo a indústria e por fim, gerando oportunidades ao povo em nível educacional, moral, cultural e científico.

A disponibilização de crédito ao empreendedor não é uma política estudada recentemente, antigos teóricos já enfatizavam o importante papel do empresário para o desenvolvimento econômico local, e portanto, o estado na sua qualidade de instituição organizacional que busca tal desenvolvimento, tem o objetivo de garantir esse crédito através de políticas específicas que estejam de acordo com o orçamento público para o período. Schumpeter (1961), dizia que o crédito ao empresário inovador serviria como um empréstimo para elevar a produção no curto prazo e gerar lucros, a partir daí, o empreendedor quitaria seus débitos e elevaria seu nível de bem estar ao longo prazo. “Já demonstramos que o empreendedor, em princípio e como regra, necessita de crédito - entendido como uma transferência temporária do poder de compra - a fim de produzir e se tornar capaz de executar novas combinações de fatores para tornar-se empreendedor” (SCHUMPETER, 1961).

Dornelas (2008), define o empreendedor como um indivíduo que busca se destacar entre os demais, a sua coragem e ousadia para revolucionar o mercado o torna um sujeito diferenciado. Ele destaca também como o empreendedorismo vem se expandindo no mundo no âmbito governamental e por meio de organizações que ultrapassam fronteiras, como no caso dos Estados Unidos, Ásia e Europa, a explicação para isso se dá devido ao sucesso obtido pelo governo americano, com um elevado investimento em programas sociais de apoio ao empreendedor, chegou-se um patamar invejável em nível de ocupação e produtividade empresarial.

A conjunção de um intenso dinamismo empresarial e rápido crescimento econômico, somados aos baixos índices de desemprego e às baixas taxas de inflação ocorridos, por exemplo, na década de 1990 nos Estados Unidos, aparentemente aponta para uma única conclusão: o empreendedorismo é o combustível para o crescimento econômico, criando emprego e prosperidade. (DORNELAS, 2008, p.9).

Para Carpintéro e Bacic (2001), existe uma motivação natural na qual se comina a origem do empreendedor, a partir de uma pesquisa realizada em vários países, chegou-se à conclusão de que este indivíduo é efeito de um desenvolvimento social, assim como o inverso, pois ele gera renda e produtividade para a sociedade através do seu empreendimento. Dessa forma, não seria coincidência a proliferação de novos empresários bem-sucedidos em países mais desenvolvidos como é o caso dos Estados Unidos. Além disso, o empreendedor é estimulado por questões endógenas relacionadas aos seus aspectos pessoais, como educação, família e relacionamento com as pessoas. “O empresário é uma pessoa que se fez dentro da sociedade.” (CARPINTÉRO; BACIC, 2001, p. 9)

Neri (2008), cita em sua obra, a importância do microcrédito ao empreendedor e para isso utiliza como exemplo o sucesso do Grammen, banco pioneiro especializado na área do microcrédito fundado por Muhammad Yunus¹ em 1976. O Grammen contribuiu para a proliferação de novos bancos no ramo devido a sua metodologia implantada que busca de maneira auto sustentada ajudar as pessoas e gerar desenvolvimento econômico. Para o autor, o grande desafio encontrado por parte das instituições que fornecem o crédito está no retorno de seu investimento, isso porque o microcrédito tem o objetivo de gerar renda para as classes mais pobres, mas para isso é necessário que exista um ciclo natural entre o empréstimo e o retorno do dinheiro, só dessa forma pode-se expandir o número de beneficiados.

A busca por políticas que estimulem o desenvolvimento local não se restringe apenas aos municípios, a história por trás do crescimento dos países enfatiza esse objetivo através de projetos e programas sociais, portanto, direcionando ao objetivo do presente estudo, vejamos o caso do Brasil, o acesso ao crédito e incentivo para o empreendedor no país, ganha força e é estabelecido por uma política implementada inicialmente em meados da década de 90, após o lançamento do plano real mais especificamente, e esta busca um avanço local através da criação de empregos resultantes da abertura de pequenos negócios formais e informais. Entretanto, como enfatiza Zouain e Barone (2007), essa política não seria pioneira no país, em 1950, dom Helder Câmara criou a “carteira de empréstimos” para incorporar os mais pobres no mercado comercial através da produção, desde então surgiam os primeiros ‘programas’ assistenciais para a população, como o Banco da Providência financiado pela igreja católica, e a partir daí vários outros, pode-se destacar a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) em 1973 e mais recentemente o Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) em 1996.

¹ Economista bengalês laureado junto ao seu banco com o Nobel da Paz em 2006, autor do livro “O banqueiro dos pobres”.

Neri (2008), cita o projeto UNO de Recife, como um dos pioneiros no continente que seguiu o princípio do empréstimo como fonte de desenvolvimento, de forma que a taxa de juros cobrada seria menos relevante se comparado ao acesso dos mais necessitados ao crédito.

Portanto, a avaliação do impacto da política torna-se essencial para a realização e viabilização do projeto, de acordo com Cohen e Franco (1993), a metodologia aplicada para mensurar estes impactos, define a continuidade, ampliação ou mesmo a interrupção do projeto. Um exemplo seria o diagnóstico do seu custo-benefício para a sociedade, ou custo-efetividade, dado que os recursos investidos são escassos, esta avaliação tem o papel de direcionar onde alocar tais recursos em busca de maximizar os benefícios, e para isso são enfatizadas três questões primordiais para gerar este resultado. Primeiro, é necessário avaliar ‘para que?’, qual o motivo real para estar sendo formulado tal projeto. Portanto, em que se fundamenta essa necessidade para a sociedade. Segundo, ‘para quem?’, para qual parcela da sociedade será direcionado, ou seja, seu público alvo será escolhido de acordo com quais critérios. E por fim, ‘quando implantar?’, qual o melhor momento para se aplicar tal política. Todos estes aspectos influenciam diretamente os impactos do projeto e proporcionam uma alocação mais eficiente dos gastos direcionados à política.

A atividade governamental constitui, em certo aspecto, uma luta constante por obter recursos e distribuí-los entre diferentes atividades estatais. Dado que eles sempre são escassos, é necessário deixar de satisfazer alguma necessidade ou demanda para destiná-los a outra alternativa. (COHEN; FRANCO, 1993, p. 38).

O lançamento de um programa social é regido por um dilema entre a universalização e a seletividade. Segundo Cohen e Franco (1993), o baixo impacto da universalização enfatizado pelos seletivistas está relacionado a uma maior demanda por recursos por parte das camadas mais vulneráveis da sociedade, portanto, se estas forem o público alvo do projeto o resultado será de um maior impacto. Os defensores do universalismo defendem a tese de uma sociedade mais integrada através destas políticas, ou seja, um programa direcionado à todo um público local pode evitar um efeito de divisão social, assim como elevar o nível de bem estar de todos. Além disso, existem vazamentos de recursos que comprometem ainda mais a política seletivista, elevando assim o custo com a fiscalização e avaliação do projeto.

2.1 EMPREENDEDORISMO NO BRASIL

A importância das micro e pequenas empresas (MPEs) no cenário econômico atrai olhares mais fixos ao tema empreendedorismo, Bezerra (2014), enfatiza essa questão demonstrando valores referentes a esse dinamismo da economia brasileira, onde as MPEs representam em torno de 99% do empresas alocadas no país e uma participação de 20% no PIB. Esses demonstrativos estimulam a criação de políticas públicas, que buscam abrir espaço e introduzir cada vez mais microempreendedores no comércio.

De acordo com Bezerra (2014), o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), teve papel importante no incentivo das MPEs, após a elaboração e aplicação de um documento em 2012 com uma série de atividades que estariam a partir daí sob responsabilidade do estado. Essas atividades buscavam garantir a proliferação dos micro empreendimentos através de apoio, sugestões e formulação de programas, condição que gerou atração por parte da sociedade e viabilizou a criação de novas micro e pequenas empresas.

Várias iniciativas sociais com provimento de crédito ao pequeno empreendedor foram lançados no país desde então, como por exemplo, o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco (CEAPE). O CEAPE representa um caso de sucesso da política social, o programa teve início em 1991 através de um grupo liderado pelo Prof. Josias Albuquerque², que buscava alternativas para geração de novos microempreendedores, devido ao pouco acesso à rede bancária convencional. Um ano depois, após uma parceria firmada entre a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Pernambuco (Fecomércio – PE) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), o programa se expandiu consideravelmente. As partes se reuniram em 1992 com o intuito de chegar a um consenso sobre como atrair pessoas empreendedoras e gerar um desenvolvimento produtivo local, dessa forma, chegariam ao objetivo central da visita da Unicef ao estado, que seria auxiliar as famílias mais pobres gerando emprego e renda, reduzindo assim, o número de “crianças de rua”. Outras entidades importantes do estado, como destaque – A Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), etc. – estiveram presentes na reunião, apoiaram a ideia e a partir daí tornaram-se membros do conselho deliberativo da organização. A proposta tinha por trás do aspecto econômico, um aparato de sensibilidade que impulsionou a aprovação de todas as partes.

² Atual Presidente e um dos fundadores do CEAPE-PE.

O CEAPE hoje apresenta números que comprovam o sucesso do projeto, passados pouco mais de 25 anos de existência, a organização já beneficiou em torno de 220 mil famílias, com um repasse de crédito que se aproxima dos 336 milhões de reais de acordo com informações disponibilizadas pela própria entidade.

2.1.1 Perfil da Demanda por Crédito de Programas de Empreendedorismo

Para observar as principais características dos indivíduos que demandam crédito através programas sociais para empreendedores, Silveira Filho (2005) faz um estudo sobre o perfil do tomador do empréstimo do CEAPE – PE, utilizando amostras de dados da PNAD e do próprio CEAPE, ele separa o resultado em duas partes utilizando diferentes métodos, primeiro, com uma análise bivariada, buscou-se chegar ao perfil do cidadão através de características específicas e também relacionadas a sua ocupação, a análise foi feita em forma de “duelos” entre dois grupos, ele os separou da seguinte forma: “CEAPE de Pernambuco versus PNAD, CEAPE de Petrolina versus PNAD e CEAPE de Recife versus o CEAPE de Petrolina” (SILVEIRA FILHO, 2005). Os resultados após aplicado o modelo, demonstrou um perfil do empreendedor do CEAPE na maioria das vezes do sexo feminino, com maior participação dos jovens, um baixo nível de escolaridade, renda mais elevada e atuando no setor comercial.

Na segunda parte, Silveira utiliza uma análise multivariada, nesse caso, uma metodologia mais próxima ao que é utilizado no presente trabalho, como será observado à frente. Aplicando uma regressão múltipla, ele buscou mensurar a diferença entre a renda do grupo beneficiado pelo CEAPE em relação ao dados da PNAD, para reduzir ao máximo as externalidades que afetariam a estimativa, características pessoais como escolaridade, idade e sexo não foram adicionadas. A variável dependente foi representada pelo logaritmo natural da renda, após feita a estimativa, os valores apresentaram uma variação de 330,64% maior na renda do trabalhador CEAPE em comparação com o trabalhador PNAD. Portanto, o autor chega a conclusões que demonstram a importância do projeto para a região, como se observa nos dados.

2.2 MARCO EMPÍRICO

Um estudo feito 2003, avalia o impacto do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar o PRONAF durante a safra de 2000/2001, nesse trabalho, a autora observa a relação entre dois grupos de agricultores, um deles beneficiado com o crédito do programa e outro não. Kageyama (2003) utiliza uma metodologia estatística com variáveis binárias que representam características qualitativas dos indivíduos e para cada variável dependente um modelo que melhor estime o resultado.

De acordo com Kageyama (2003) grande parte dos resultados encontrados foram de acordo com o previsto, observou-se uma certa disparidade sobre as variáveis qualitativas e quantitativas dos beneficiados em relação ao não beneficiados após a implantação do programa. Porém, para a variável de maior interesse, a renda familiar *per capita* apresentou resultados interessantes, pois, não houve impacto significativo do programa de acordo com a estimação.

No entanto, o principal objeto deste estudo, a renda familiar não apresentou diferenças significativas de média entre os dois grupos, quer testada isoladamente, quer em presença de outras variáveis, em modelos de regressão múltipla. Da mesma forma, no modelo tendo por variável dependente a pobreza dos domicílios, não há efeito significativo do PRONAF (KEGEYAMA, 2003, p. 12).

É notório que o desenvolvimento econômico brasileiro está relacionado a uma alocação eficiente de recursos por parte dos gestores locais, e para isto, nota-se que as políticas de assistências sociais vem se elevando com o tempo e os programas de acesso ao crédito como o avaliado neste trabalho, segue essa linha. Um dos pioneiros e certamente um dos principais programas de crédito implantado no Brasil foi CrediAmigo do Banco do Nordeste (BNB), um programa criado em 1997 e que passou a efetivamente vigorar em 1998 com o intuito de garantir um maior nível de desenvolvimento socioeconômico à região. De acordo com Gussi (2015), o CrediAmigo atingiu seus objetivos em termos de repasses ao empreendedor, pois, alcançou em torno de 86% destas operações no país, com a maioria dos beneficiados moradores do estado do Ceará.

Gussi (2015) avalia o impacto do programa por meio de uma metodologia etnográfica que relaciona os resultados alcançados ao papel dos funcionários do BNB de acordo com sua atribuição para garantir retorno esperado. Para isso, ele divide o processo em três partes, a primeira estabelece quais funcionários estarão no processo de elaboração do programa de

acordo com seu escalão, a segunda seleciona quais funcionários das unidades do CrediAmigo serão os responsáveis pela execução do programa em suas determinadas regiões e por fim, a terceira etapa que relaciona as duas anteriores para avaliar se os resultados estão de acordo com o esperado ou se serão necessárias alterações.

Guedes (2017) faz uma avaliação do efeito do programa de crédito Agroamigo sobre o valor da produção agropecuária nas cidades em que a agricultura familiar é uma fonte de renda. O método utilizado para a análise foi o Diferenças em Diferenças (DD), classificado como “padrão prata” para a realização desses estudos, com dados que representam da implantação do programa em 2005 até os dias atuais.

De acordo com Guedes (2017), levando-se em consideração os municípios que participam do programa desde a sua inauguração, em torno de 9 a 11 anos, verificou-se que a maior parte dos beneficiados estão localizados no Nordeste do Brasil, e que o Ceará é o estado que parte a maior demanda do programa, chegando a atingir 74% dos municípios. O programa cresce rapidamente no país inteiro e atinge elevados valores repassados. “De acordo com os dados da pesquisa, de 2005 a 2015 o Agroamigo contratou mais de 2,8 milhões de operações de crédito, atingindo um volume de contratação superior a R\$ 8 bilhões ao longo dos seus onze anos iniciais.” (GUEDES, 2017, p. 29).

Ao fim do estudo, Guedes (2017) chega à conclusão que existe de fato um efeito do programa sobre o valor da produção agropecuária, porém, muito baixo. Os retornos para a produção só começam a surgir a partir do sexto ano para as cidades beneficiadas, os municípios que participam há 10 anos apresentaram um retorno de apenas 0,1%. Dessa forma, a conclusão do estudo indica inicialmente, que o elevado valor investido no programa de microcrédito rural Agroamigo, não obteve o resultado desejado, devido ao pequeno retorno para a sociedade.

3 METODOLOGIA

O trabalho é motivado pela avaliação do projeto Casa do Empreendedor no município de Bananeiras-PB, uma abordagem que contempla informações de 2013 a 2018, foram analisados dados que indicam o perfil socioeconômico do município de acordo com dados primários e secundários, na busca de avaliar o grau de desenvolvimento econômico a partir da implantação do programa. Destaca-se que os dados primários usados para avaliação do programa referem-se ao período de 2018, enquanto os dados de tratamento de 2013 a 2017.

O método do trabalho é a pesquisa de natureza aplicada, na qual se analisa as características da atuação do programa de acordo com uma abordagem quantitativa e qualitativa, com uma análise descritiva dos resultados. Quanto aos procedimentos técnicos, foi feito um estudo de caso utilizando dados primários e secundários além de levantamentos onde foram estudados diversos métodos para chegar uma melhor aplicação da avaliação. A base de dados primária foi obtida através de um questionário aplicado a 60 pessoas, nos dias 02,03, 23 e 24 de Março de 2018, em dois municípios que representaram o grupo tratado e grupo de controle, no caso, Bananeiras-PB e Belém-PB, respectivamente, o modelo implantado pode ser observado no Apêndice A deste trabalho. A base secundária utilizada é disponibilizada pelo IBGE, IPEADATA e Casa do Empreendedor.

Buscou-se inicialmente, fazer uma avaliação de impacto do projeto sobre os comerciantes beneficiados em relação aos que não utilizaram o crédito durante o período, portanto, uma avaliação micro e em consequência desta, avalia-se o impacto total para o município. Menezes Filho (2012) enfatiza que a melhor maneira para garantir o impacto real do programa seria através da comparação do grupo tratado (os beneficiados) com um grupo de controle (não beneficiados) com as mesmas características antes da implantação do projeto, entretanto, não é fácil encontrar este contrafactual. Dessa forma, busca-se minimizar o viés de seleção escolhendo um grupo de controle com maior número de semelhanças possíveis. Para alcançar estes resultados, são necessárias metodologias que garantam a confiabilidade da análise, a estatística descritiva e a inferência.

O uso de dados primários e secundários contribui com a pesquisa de maneira a avaliar de forma mais sucinta possível os resultados a serem analisados.

Utilizando o *software* Stata 14.0, foram realizadas estimações de um modelo de regressão logística ordinal e regressão linear múltipla para avaliar a relação entre as variáveis dependentes selecionadas (renda, nível de ocupação e faturamento) com as demais variáveis explicativas. Além disso, foi realizada uma análise macroeconômica sobre o perfil econômico

de Bananeiras-PB, observando o comportamento PIB e PIB *per capita* local durante o período estudado.

O PIB é definido como o somatório dos valores de todos os bens e serviços finais produzidos em uma local (região, país ou município) em um determinado período de tempo. O PIB *per capita* é a divisão do PIB local com relação ao número populacional, no trabalho, são abordados estes dados do município de Bananeiras-PB. A população anual está mensurada pela média dos últimos dois censos demográficos realizados pelo IBGE nos anos de 2000 e 2010, o que representa em torno de 21.777 habitantes, o município está entre os trinta mais populosos da Paraíba.

O capítulo 4 do trabalho apresenta o cenário macroeconômico de Bananeiras-PB durante 2010 a 2015, período que indica os mais recentes dados do município disponibilizados pelo IBGE, a partir dessas informações é possível acompanhar como se comportou a economia da cidade na etapa inicial do programa. Foi utilizado como deflator o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), por estar relacionado com a variação no poder de compra do consumidor e o aspecto econômico local, portanto, se enquadra no objetivo da pesquisa. Além disso, os valores do PIB foram deflacionados aos preços de 2010, ano que representa o ponto de partida da análise.

3.1 ESTRATÉGIA EMPIRÍCA

O presente estudo tem a finalidade de avaliar os impactos que o programa Casa do Empreendedor pode gerar para os beneficiados e também para o desenvolvimento do município. Desta forma, define-se como indicadores de impacto os seguintes aspectos: A renda familiar, o nível de ocupação dos estabelecimentos e também a variação no faturamento no período pós implantação do programa, essas variáveis indicarão se de fato houve melhoria nos aspectos econômicos da cidade. Portanto, avalia-se o impacto por meio da comparação entre os resultados sobre os beneficiados (o chamado grupo de tratamento) e não beneficiados (grupo de controle). Este último é composto por comerciantes de um município próximo, com as mesmas características comerciais e econômicas de Bananeiras. Esses dados são coletados através de uma amostra dos repasses entre os cinco anos (2013 a 2017) em que os participantes do grupo de tratamento e de controle respondem a um questionário sobre suas características socioeconômica após o início do programa. Um outro aspecto que leva-se em conta aqui, é o PIB *per capita* do município, nesse caso, busca-se avaliar o cenário antes e depois do programa, para isso utiliza-se informações coletadas pelo IBGE e IPEA.

O grupo de tratamento do programa é formado em um processo de autoseleção, isso pode gerar alguns problemas de viés de seleção que veremos a diante, e esse grupo está composto por comerciantes ou microempresários formais e informais de vários ramos de atividades. Como já enfatizado, a avaliação do impacto será realizada por uma amostra entre os cinco anos, durante este período foram mais de 480 beneficiados, e a amostra aleatória conterá 30 indivíduos que representarão o grupo de tratamento, sendo escolhidos outros 30 comerciantes da cidade de Belém-PB que representarão o grupo de controle, a quantia de pessoas estabelecida por grupo está relacionada ao custo para aplicação da pesquisa, pois, esta foi realizada de forma autofinanciada e tornou-se inviável uma maior amostra.

Vale salientar que, o grupo de controle apresenta características semelhantes ao grupo tratado e que também não representa o melhor grupo para este estudo devido à proximidade entre as cidades o que pode causar externalidades ou vazamentos que comprometam a estimativa, porém, tornou-se o mais viável devido a fatores econômicos que dificultam a aplicação do questionário em outro município relativamente mais distante. Também busca-se aqui, analisar o impacto do programa em nível macroeconômico, ou seja, se existe uma elevação no PIB *per capita* do município durante o período de 2010 a 2015.

A metodologia aplicada para a avaliação de impacto do programa sobre a renda familiar à nível dos beneficiários é a regressão logística ordinal, esse modelo é aplicado nos casos em que a variável dependente y^* é categórica, ou seja, y assume os valores obtidos sobre todas as alternativas de faixa de renda possíveis (1,2,3,...,n). De acordo com Barros (2017), o modelo pode ser derivado da seguinte forma:

$$y^* = x\beta + e, \quad e | x \sim \text{logística} \quad (1)$$

Em que, β , é uma matriz $K \times 1$, e x não é uma constante.

Continuando:

$$\begin{aligned} y = 0 & \quad \text{if } y^* \leq \alpha_1 \\ y = 1 & \quad \text{if } \alpha_1 < y^* \leq \alpha_2 \\ & \quad \vdots \\ y = J & \quad \text{if } y^* > \alpha_j \end{aligned} \quad (2)$$

Onde, $\alpha_1, \alpha_2, \dots, \alpha_j$ são parâmetros de limite desconhecidos.

Admitindo que existe uma distribuição de probabilidade, deriva-se o restante. “Uma vez que é assumida uma distribuição de probabilidade para e , é possível derivar de forma direta a distribuição condicional de y dado x . Assim, a probabilidade de cada resposta é dada por:” (BARROS, 2017, p.17).

$$\begin{aligned} P(y = 0|x) &= P(y^* \leq \alpha_1|x) = P(x\beta + e \leq \alpha_1|x) = \Lambda(\alpha_1 - x\beta) \\ P(y = 1|x) &= P(\alpha_1 < y^* \leq \alpha_2|x) = \Lambda(\alpha_2 - x\beta) - \Lambda(\alpha_1 - x\beta) \\ & \quad \vdots \\ P(y = J-1|x) &= P(\alpha_{j-1} < y^* \leq \alpha_j|x) = \Lambda(\alpha_j - x\beta) - \Lambda(\alpha_{j-1} - x\beta) \\ P(y = J|x) &= P(y^* > \alpha_j|x) = 1 - \Lambda(\alpha_j - x\beta) \end{aligned} \quad (3)$$

Diferente do regressão múltipla, não é possível mensurar o verdadeiro impacto através dos resultados obtidos dos coeficientes. Dessa forma, Barros (2017), argumenta sobre a necessidade de calcular os efeitos marginais através de derivadas parciais para mensurar em pontos percentuais os efeitos. Veja:

$$\begin{aligned}
\frac{\partial p_0(x)}{\partial x_k} &= -\beta_k \Lambda(\alpha_1 - x\beta) \\
\frac{\partial p_j(x)}{\partial x_k} &= \beta_k [\Lambda(\alpha_{j-1} - x\beta) - \Lambda(\alpha_j - x\beta)] \\
\frac{\partial p_j(x)}{\partial x_k} &= -\beta_k \Lambda(\alpha_j - x\beta) \\
0 < j < J
\end{aligned} \tag{4}$$

Para mensurar o impacto sobre o nível de ocupação e variação no faturamento, foi utilizada a regressão linear múltipla, de acordo com os dados disponíveis essa é a ferramenta que mais se enquadra para o objeto de investigação do estudo. Portanto, o impacto será calculado em dois pontos distintos, representado por uma variável dependente Y_i . Nível de ocupação no primeiro, e no segundo a variação no faturamento, essas variáveis estão diretamente relacionadas com as variáveis explicativas, entre elas, o indicador de tratamento (T_i) que é a mais importante para o estudo, pois especifica a participação ou não do indivíduo no programa. As demais variáveis explicativas (X_i) serão melhor descritas na seção de dados.

$$Y_i = \alpha + \delta T_i + X_i' \gamma + u_i \tag{5}$$

Onde: i representa os indivíduos, T_i é uma *dummy* que indica tratamento, ou seja, representa a participação ou não no projeto, X_i é um vetor de variáveis explicativas de controle e u é o termo de erro aleatório.

Para estimarmos o efeito médio do tratamento sobre os tratados, precisamos conhecer o contrafactual dos tratados $Y_i(0)$. Sob as hipóteses de exogeneidade de X , i.é, $E[u_{0i}|X_i] = 0$, podemos estimar o efeito médio do tratamento sobre os tratados, usando o estimador de mínimos quadrados ordinários. (MENEZES FILHO, 2012)

3.2 DADOS

Alguns dados utilizados nesta pesquisa são primários, coletados através de um questionário aplicado aos grupos de tratamento e controle do programa, para isso, utiliza-se também dados diretamente retirados da Casa do Empreendedor, os responsáveis direto pelo controle e base de informações alimentam uma planilha com características pessoais dos indivíduos que demandam o crédito através de um cadastro inicial e este servirá como fonte de dados iniciais. Utiliza-se também dados disponibilizados pelo IBGE e IPEA como parâmetro dos resultados identificados em nível macroeconômico como o PIB *per capita* do município.

No questionário estão formuladas perguntas direcionadas às características dos indivíduos como, idade, número de filhos, escolaridade, renda, entre outras. Também contém questões sobre a empresa ou micro empreendimento dos indivíduos. A utilização dessas variáveis busca detalhar de maneira sucinta o impacto do programa sobre as variáveis dependentes, e nesse caso, reduzir o possível problema de externalidade causado pela proximidade entre os municípios.

As variáveis dependentes utilizadas na regressão serão representadas pela renda familiar, o nível de ocupação e a variação no faturamento, portanto, mensura-se o impacto do programa para os indivíduos que fazem parte do grupo “tratado” através da renda familiar observada, número de empregados e faturamento da empresa após a implantação do projeto, a variável explicativa “programa” se apresenta como uma variável *dummy*, ou seja, uma variável binária qualitativa, em que se atribui valor igual a 1 caso o indivíduo seja “tratado” e 0 caso contrário, portanto representam o grupo de tratamento e controle. Além desta, algumas outras variáveis explicativas utilizadas na regressão são: “Tempo do Mercado”, tempo de atuação desde a abertura da empresa, “Tempo de Benefício”, indica o ano em que foi recebido o empréstimo, “Crédito em 2017”, se o empreendedor fez algum empréstimo no ano de 2017 para sanar problemas de caixa, “Outros Incentivos”, se recebeu algum incentivo de programa social além da Casa do Empreendedor, “sexo” masculino ou feminino, “Faixa Etária”, se possui idade entre 18-29, 30-39, 40-59 ou acima disto, e “Escolaridade”, se possui ensino fundamental, médio ou superior.

Outras variáveis que serão utilizadas na descrição do programa, como, Atividade e Formalidade, também se apresentam como *dummy*’s que indicam se o estabelecimento está no setor de comércio e serviços ou outro e se o empreendimento segue as leis que garantem a sua

formalidade ou não. O quadro 1 apresenta a descrição de todas as variáveis explicativas utilizadas e o sinal esperado para cada uma após a estimação do modelo. Observe a seguir:

Quadro 1. Descrição das variáveis utilizadas

Variável	Descrição	Sinal Esperado
Programa	"1" se faz parte do grupo tratado, "0" caso contrário.	+
Atividade	"1" se for do setor "comércio e serviços", "0" caso contrário.	+
Tempo de Mercado	Tempo de atuação da empresa.	+
Motivo	"1" necessidade, "0" caso contrário.	-
Crédito em 2017	Assistência para sanar problemas de caixa em 2017.	-
Formal	"1" Se atua formalmente, "0" caso contrário.	+
Tempo de Benefício	Há quanto tempo recebeu o crédito.	+
Valor	Valor recebido do programa.	+
Utilizado	"1" compra de material e equipamentos, "0" caso contrário.	+
Satisfação	"1" satisfeito, "0" caso contrário.	+
Outros Incentivos	"1" se recebeu algum outro incentivo de crédito além da Casa do Empreendedor, "0" caso contrário.	+
Parentes	Quantos parentes trabalham no estabelecimento.	-
Sexo	"1" se o indivíduo for homem, "0" se for mulher.	+
Naturalidade	"1" se for natural do município, "0" caso contrário.	+
Casado	"1" se o indivíduo for casado, "0" caso contrário.	+
Faixa Etária 18 a 29	"1" se tem idade entre 18 e 29 anos, "0" caso contrário.	+
Faixa Etária 30 a 39	"1" se tem idade entre 30 e 39 anos, "0" caso contrário.	+
Faixa Etária 40 a 59	"1" se tem idade entre 40 e 59 anos, "0" caso contrário.	+
Faixa Etária 60 ou mais	"1" se possui 60 anos de idade ou mais, "0" caso contrário.	-
Ensino Fundamental	"1" se possui o ensino fundamental completo ou incompleto, "0" caso contrário.	-
Ensino Médio	"1" se possui o ensino médio completo ou incompleto, "0" caso contrário.	-
Ensino Superior	"1" se possui o ensino superior completo ou incompleto, "0" caso contrário.	+
Casa Própria	"1" se possui casa própria, "0" caso contrário.	+
Outras atividades	"1" se possui outra atividade fora à empresa, "0" caso contrário.	+
Filhos	Número de filhos.	-
Quantos residem	Quantos filhos residem com o entrevistado.	-
Conjuge trabalha	"1" caso o conjuge trabalhe, "0" caso contrário.	+
Filhos trab.	Quantos filhos trabalham.	+

Fonte: Elaboração própria.

Os sinais esperados representam a possível relação positiva ou negativa no efeito causado sobre as variáveis pelo programa após a estimativa. Portanto, seguem as aspectos teóricos que podem ser de fato observados ou não necessariamente devido a outros fatores não observáveis. Outra questão importante em relação ao sinal observado é um possível viés de seleção, pois pode gerar uma estimativa que difere dos sinais esperados devido externalidades e vazamentos recorrentes dele. O viés está relacionado à forma na qual o benefício foi ou está sendo distribuído ao grupo de tratamento, sabendo que este programa se

caracteriza por uma seleção na qual o próprio beneficiário voluntariamente se inscreve, é válida a hipótese de que alguns destes não esteja na camada carente de recursos financeiros na qual o programa tem a finalidade de atingir.

Para evitar esse possível viés de seleção, existem alternativas na elaboração de programas sociais, nas quais o formulador exige que os participantes possuam o perfil que se enquadre de acordo com seu objetivo principal, dessa forma, os indivíduos seriam contemplados após uma triagem entre os inscritos, porém, não é o caso da Casa do Empreendedor.

4 CENÁRIO ECONÔMICO DE BANANEIRAS-PB

Esse capítulo evidencia o cenário econômico do município de acordo com a última publicação a respeito feita pelo IBGE no ano de 2017, na qual estão presentes os valores referentes ao PIB do Brasil e dos municípios durante o período de 2010 a 2015. Como normalmente esperado, os valores seguem uma tendência evolutiva com o tempo e consequentemente o PIB *per capita* local apresenta variações percentuais de 11,37% em média durante esse intervalo. Vale destacar o ano de 2013, o qual representa o primeiro ano de atuação do programa Casa do Empreendedor em Bananeiras, e que ao seu final, obteve uma variação percentual no PIB de 14,22% em termos reais com relação à 2012. Ao final de 2015, o município se apresentava como 32º (trigésimo segundo) no estado com maior PIB a preços correntes, porém, se avaliado o PIB *per capita*, a cidade ocuparia apenas a 48ª (quadragésima oitava) posição. A população total mensurada no ano foi de aproximadamente 21.300 habitantes, ficando entre as 30 mais populosas do estado.

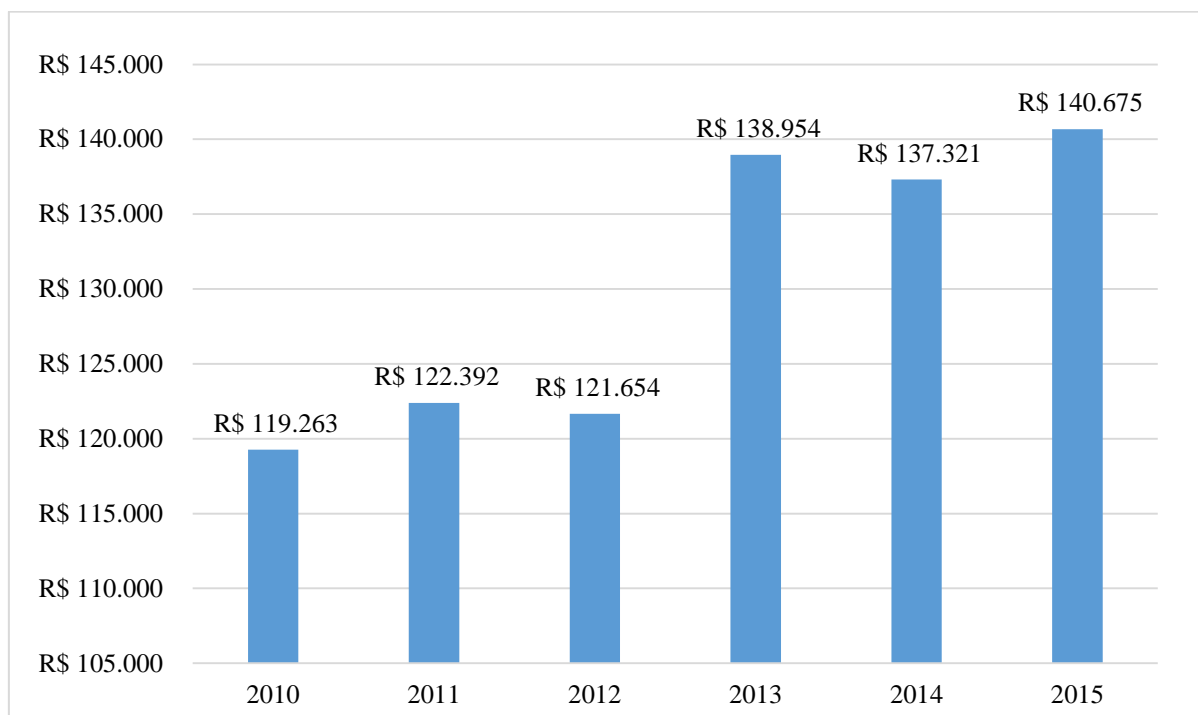
O PIB *per capita* utilizado no trabalho representa um indicador macroeconômico que busca mensurar o nível de desenvolvimento econômico de determinada região resultando da divisão da renda total local pelo número de habitantes. Silva et al. (1996) destaca que o cálculo do PIB *per capita* é realizado pelo IBGE de forma legalmente obrigatória para todas as unidades federativas em razão de uma distribuição justa do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Da mesma forma, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é calculado através de um coeficiente fixado em lei.

O crescimento do PIB municipal é seguido por um crescimento natural populacional, a partir disso, as funções dos gestores se tornam cada vez mais difíceis, pois para manter ou elevar o nível de bem-estar social são necessárias políticas eficazes que mantenham o desenvolvimento local. Silva (1954) argumenta sobre o aumento das responsabilidades dos gestores devido ao crescimento populacional e destaca o processo natural de urbanização devido ao êxodo rural.

Não há dúvida de que o fator mais influente no aumento das funções e responsabilidades dos governos municipais é o crescimento físico das cidades. Há um processo mundial de urbanização crescente. O ritmo de crescimento demográfico é mais intenso nas zonas urbanas do que nas rurais, embora a prolificidade seja maior nestas do que naquelas (SILVA, 1954, p.15).

Retomando ao período pós programa, se analisada a variação no PIB do município e do estado da Paraíba entre 2012 (ano que antecede a implantação da Casa do Empreendedor) e 2015 (último PIB divulgado), observa-se que a cidade apresentou um crescimento relativamente maior que o apresentado pelo estado, enquanto Bananeiras obteve um acréscimo em torno de 16% no seu produto interno bruto, a Paraíba elevou seu PIB em 6% neste intervalo. Veja graficamente:

Gráfico 1 – PIB de Bananeiras – PB de 2010 a 2015 a preços de 2010 (R\$ 1.000)

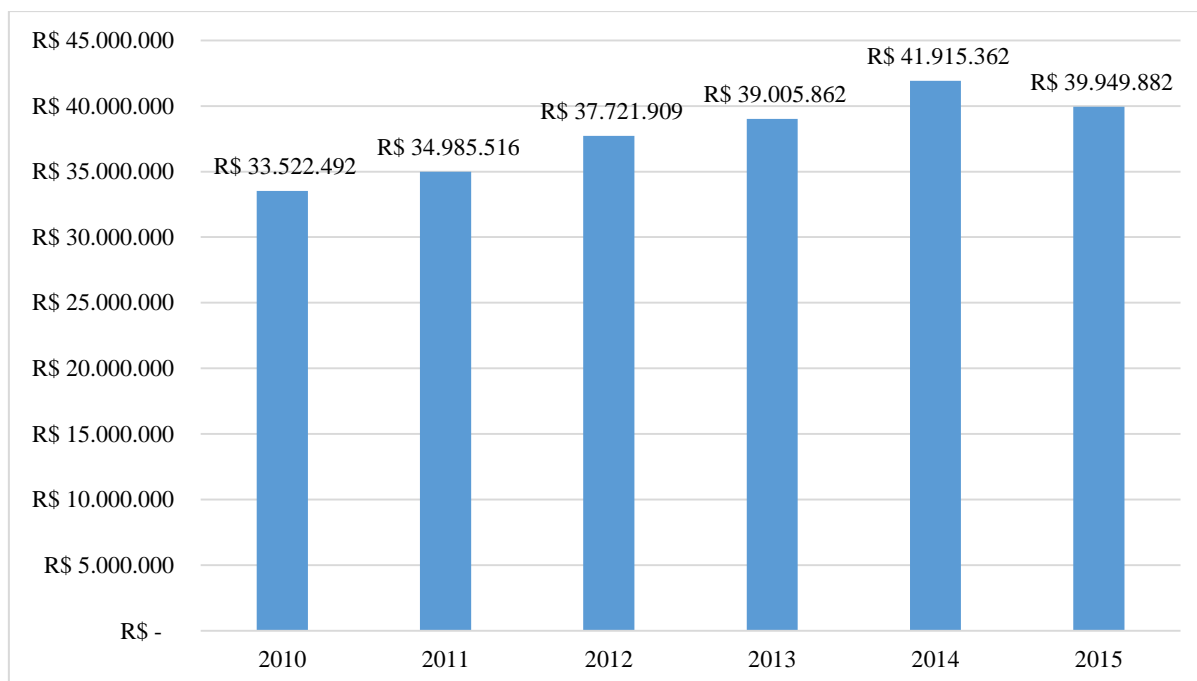


Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Nota: Valores deflacionados através do INPC.

O gráfico 1 demonstra como se comportou o PIB de Bananeiras, destaque para a evolução apresentada no primeiro ano de atuação do projeto. O gráfico 2, exposto a seguir, demonstra que neste mesmo período a variação do PIB paraibano seguiu evoluindo como a tendência bananeirense, porém, apresenta um baixo crescimento até 2014 e finaliza o ciclo com uma queda em 2015. Chega-se à conclusão já enfatizada antes, o PIB do município apresenta um crescimento relativamente maior. Os valores do PIB estão deflacionados aos preços de 2010 através do (INPC) acumulado ao ano.

Gráfico 2 – PIB da Paraíba de 2010 a 2015 a preços de 2010 (R\$ 1.000)



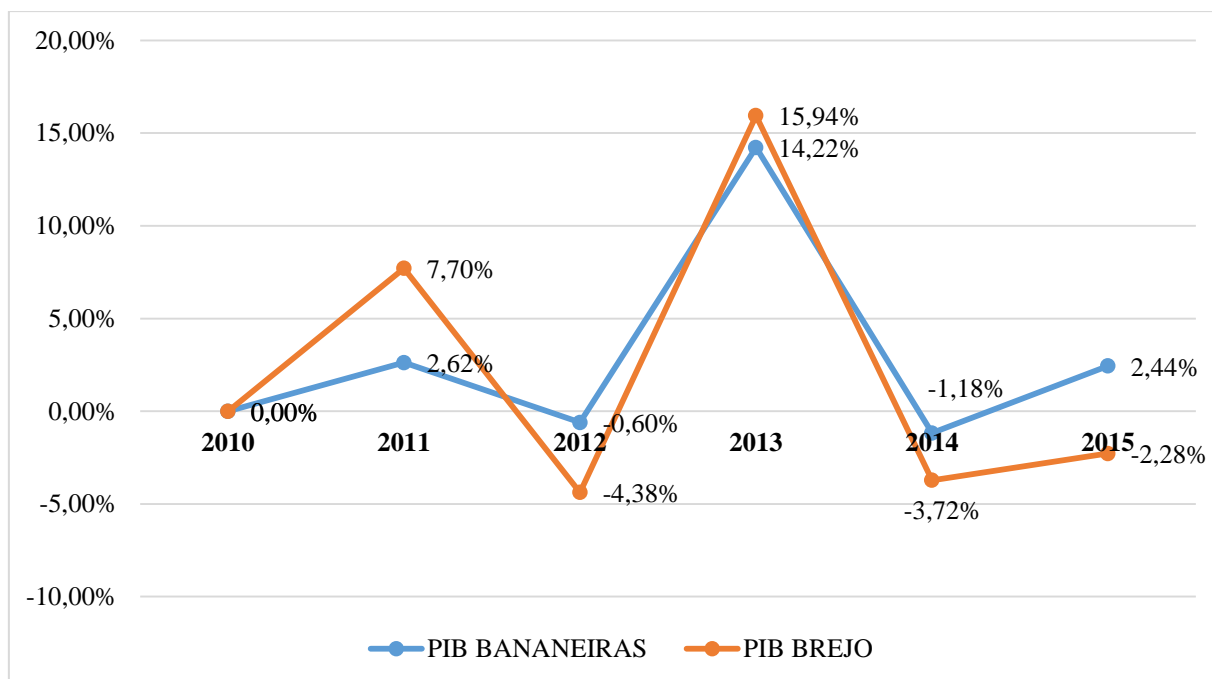
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Nota: Valores deflacionados através do INPC.

É importante notar que, avaliando o breve período de 2010 até 2012, antes do lançamento do programa no município, a variação do PIB paraibano é seis vezes maior que a apresentada pelo município, enquanto que o estado obteve um acréscimo de 12,19%, Bananeiras elevou seu produto em apenas 2,02%.

Avaliando ainda outros pontos, se comparado o comportamento da economia do município com relação à microrregião do brejo paraibano (a qual faz parte), observa-se que o PIB segue o mesmo rumo em ambos, entretanto, o PIB de Bananeiras demonstra uma pequena vantagem muito devido a recuperação apresentada em 2015, no qual expôs um acréscimo de 2,44% no produto com relação ao ano anterior, enquanto que o brejo seguiu em queda, acompanhando os baixos níveis de 2014 com uma variação negativa de -3,72% e -2,28 respectivamente. Observe o gráfico:

Gráfico 3 – Variação percentual do PIB do Brejo Paraibano e de Bananeiras – PB



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Nota: Valores deflacionados através do INPC.

Diante dos dados apresentados anteriormente, é notório que ocorreu uma mudança positiva no quadro econômico do município no período pós implantação do programa, porém, a afirmação de que esse resultado está diretamente relacionado a implantação do programa Casa do Empreendedor em 2013 seria pertinentemente vaga. E é a partir dessas hipóteses levantadas que se fundamenta a avaliação do programa feita aqui, no próximo capítulo busca-se chegar a uma conclusão mais próxima da real importância do programa através de métodos mensuráveis.

Aprofundando a pesquisa, compara-se o comportamento econômico local ao do município que compõe o grupo de controle da avaliação do programa, Belém-PB, já mencionado anteriormente. De acordo com os dados do IBGE no período de 2010 - 2015, o PIB da cidade, que fica a aproximadamente 17 Km de Bananeiras, apresenta uma diferença de 35% em média abaixo do apresentado pela vizinha (por volta de R\$ 33 mil em termos reais), apesar disso, segue também uma tendência evolutiva com um comércio com características muito próximas ao de Bananeiras, ou seja, pequenos empreendimentos atuando sem influência de grandes empresas no mercado local. Dessa forma, se analisado pelo PIB *per capita*, a diferença fica em torno de 7% na média, o que demonstra a semelhança econômica entre os municípios. Observe o dados:

Quadro 2 – PIB *per capita* de Bananeiras e Belém de 2010 a 2015

LOCAL	2010	2011	2012	2013	2014	2015
BANANEIRAS	R\$ 5.457,31	R\$ 5.954,84	R\$ 6.299,19	R\$ 7.505,62	R\$ 8.151,33	R\$ 9.309,49
BELÉM	R\$ 4.729,53	R\$ 5.520,85	R\$ 6.246,39	R\$ 6.985,35	R\$ 7.732,75	R\$ 8.462,78
Diferença em %	-13,34%	-7,29%	-0,84%	-6,93%	-5,14%	-9,10%

Fonte: IBGE.

No quadro 2, observa-se a proximidade entre os PIB *per capita* das cidades, vale destacar que em 2012 a diferença ficou em apenas 0,84%. Como exposto anteriormente, mais uma vez os indicadores apontam um crescimento positivo acentuado para Bananeiras no ano de 2013, o qual representa o pontapé inicial da Casa do Empreendedor, o PIB *per capita* do município elevou-se e chegou a 6,93% acima do apresentado por Belém.

O quadro 3, exposto a seguir, apresenta alguns dos dados de Bananeiras detalhados nos parágrafos anteriores, nele, observa-se o comportamento da economia local de acordo com as informações do último censo divulgado. Observe a variação percentual dos indicadores no período que antecede a implantação do programa e o pós lançamento.

Quadro 3 – Demonstrativo Econômico de Bananeiras – PB de 2010 a 2015

ANO	PIB, a preços de 2010 (R\$ 1.000)	Variação percentual do PIB (%)	População (Nº de habitantes)	PIB <i>per capita</i> (R\$ 1,00)	Variação percentual do PIB <i>per capita</i> (%)
2010	R\$ 119.263	-	21.854	R\$ 5.457,31	-
2011	R\$ 122.392	2,62%	21.801	R\$ 5.954,84	9,12%
2012	R\$ 121.654	-0,60%	21.753	R\$ 6.299,19	5,78%
2013	R\$ 138.954	14,22%	22.012	R\$ 7.505,62	19,15%
2014	R\$ 137.321	-1,18%	21.276	R\$ 8.151,33	8,60%
2015	R\$ 140.675	2,44%	21.235	R\$ 9.309,49	14,21%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Obs: Valores do PIB deflacionados a preços de 2010; PIB *per capita*, a preços correntes.

Um outro ponto importante a ser observado, diz respeito ao desempenho dos setores de atividade econômica local nesse período analisado, de acordo com o IBGE o setor de Serviços apresentou as maiores taxas reais de crescimento anuais que totalizaram uma variação de 52%, seguido pela Indústria com 47%, a Agropecuária com 46% e por fim o agregado: Administração, defesa, educação, saúde pública e seguridade social com 4%. Porém, este último ainda representa o setor com maior participação no PIB do município, apesar dos números mencionados, ele segue uma média de 51% no valor agregado durante intervalo de 2010-2015. O valor adicionado pelo setor de comércio e serviços elevou-se proporcionalmente mais após a implantação do programa se comparado ao período que o

antecede, a participação saltou de 19% em 2010 para 26% em 2015, coincidentemente ou não, este setor representa a maior parte do valor investido pelos empreendedores após a obtenção do crédito. O quadro 4 detalha essas informações.

Quadro 4 – Valor adicionado por setor em Bananeiras – PB, a preços de 2010 (R\$ 1.000)

ANO	AGROP.	Var (%)	Participação no PIB (%)	IND.	Var (%)	Participação no PIB (%)	SERV.	Var (%)	Participação no PIB (%)	ADM; DEF; EDUC; SAÚDE P; SEG. SOCIAL	Var (%)	Participação no PIB (%)	Valor adicionado bruto total
2010	28.524	-	25%	4.697	-	4%	21.503	-	19%	61.504	-	53%	116.228
2011	28.529	0%	24%	4.750	1%	4%	23.734	10%	20%	61.809	0%	52%	118.823
2012	24.528	-14%	21%	5.615	18%	5%	25.028	5%	21%	62.491	1%	53%	117.662
2013	33.525	37%	25%	5.907	5%	4%	29.288	17%	22%	65.605	5%	49%	134.325
2014	27.981	-17%	21%	6.342	7%	5%	32.110	10%	24%	66.129	1%	50%	132.563
2015	29.029	4%	21%	7.270	15%	5%	35.102	9%	26%	63.999	-3%	47%	135.400
SOMA	172.117	46%	137%	34.581	47%	27%	166.765	52%	132%	381.537	4%	304%	755.001

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Legenda: AGROP= Agropecuária; IND= Indústria; SERV= serviços; ADM; DEF; EDUC; SAÚDE P; SEG. SOCIAL= Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social.

5 AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO PROGRAMA

Esse capítulo está dividido em quatro partes, a primeira faz uma análise descritiva das características dos grupos “tratado” e “controle” através dos dados alcançados, a segunda apresenta os resultados do impacto do programa sobre o nível de renda familiar do grupo de tratamento em relação grupo de controle, na terceira demonstra o impacto sobre o nível de ocupação, e por fim, a quarta parte exhibe o efeito sobre o faturamento da empresa.

Após aplicado o questionário aos grupos, chegou-se a uma estimativa do impacto do programa Casa do Empreendedor para os beneficiados, primeiro, através de uma regressão logística ordinal, mensurou-se o impacto sobre a renda, e por meio de uma regressão linear múltipla, fez-se a estimativa do impacto sobre a nível de ocupação e variação no faturamento das empresas. Para se chegar a um valor mais próximo da realidade, foram utilizados os dados dos beneficiados entre 2013 e 2017, pois, como a pesquisa está sendo finalizada em 2018, o intervalo de um ano, indica uma maior correlação entre o programa e o impacto gerado ao indivíduo hoje.

Inicialmente, os resultados evidenciaram a insuficiência de dados para uma avaliação mais aprofundada sobre o retorno econômico do projeto, o curto espaço de tempo desde a sua implantação dificulta a análise, além disso, a amostra coletada se mostrou pequena para mensurar o retorno factual. Pode-se dizer que este último problema está relacionado a falta de segurança que afeta os municípios do estado e se caracteriza pela desconfiança e receio dos comerciantes locais para passar informações a respeito de faturamento, renda familiar e etc. Também é notório que existe uma falta de informação a respeito da importância da pesquisa para apresentar dados que servem para a formulação de vários estudos, entre eles, os trabalhos acadêmicos. O benefício gerado através da pesquisa também associa-se aos comerciantes, pois, através de avaliações de mercado chega-se a conclusões sobre o comportamento do comércio local.

Manus (2018) faz uma alusão sobre a dificuldade que o pesquisador enfrenta no Brasil, em outro ponto de sua publicação ela aponta alguns exemplos de estudos que para muitos é irrelevante, como o “voo das borboletas” e argumenta que sem esses, as borboletas já estariam extintas. Entretanto, sabe-se que quase tudo que você ver ou ler no dia a dia é resultado de pesquisa.

5.1 ANÁLISE DESCRITIVA DO PROGRAMA

Essa seção apresenta as características observadas do programa de acordo com os dados da pesquisa aplicada, portanto, utilizou-se a amostra com 60 pessoas que representam o grupo tratado e o grupo de controle. Algumas variáveis utilizadas estão ligadas ao perfil econômico e familiar do empreendedor, e também aos seus atributos individuais, outras delas estão relacionadas ao perfil do estabelecimento.

As conclusões obtidas a partir dos valores esboçados nas tabelas (expostas a seguir), servem como parâmetros para os próximos anos de atuação do programa. Ao total foram 28 variáveis averiguadas. Observe:

Tabela 1 – Análise descritiva do Perfil das Empresas

Variável	Grupo de Tratamento		Grupo de Controle	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Atividade	1,00	0,00	0,87	0,35
Tempo de Mercado	9,80	6,80	9,60	8,33
Motivo	0,40	0,50	0,50	0,51
Crédito em 2017	0,23	0,43	0,17	0,38
Formal	0,87	0,35	0,90	0,31
Outros Incentivos	0,33	0,48	0,33	0,48
Ocupação	2,50	1,41	2,57	1,30
Parentes	1,23	1,17	1,87	1,33

Fonte: Elaboração própria.

Utilizando a amostra, chegou-se aos dados observados sobre o grupo de tratamento e o grupo de controle do programa, destacando as características das empresas descritas na tabela 1, observa-se que os grupos apresentam características bem próximas, entre as que fazem parte do “tratado” verifica-se que 87% delas são formais, todas estão alocadas no setor de comércio e serviços e a média de parentes que trabalham nos estabelecimentos é de 1,2. Nota-se ainda, que 60% delas iniciaram as atividades devido a oportunidade de negócio, as outras 40 por motivo de necessidade do empresário. Com relação ao grupo de controle, constata-se que 90% atuam formalmente, 87% estão inclusas no setor de comércio e serviços e tem em média 1,9 parente entre os ocupados na empresa.

As demais variáveis comprovam a semelhança entre os grupos, verifica-se que em média, as empresas de ambos iniciaram as atividades há 9 anos, possuem 2,5 funcionários alocados, além disso, em torno de 20% delas, receberam algum auxílio de crédito para sanar problemas de caixa em 2017.

A tabela 2 apresenta o perfil dos empreendedores que fazem parte dos grupos (tratamento e controle) a partir da amostra coletada. Veja:

Tabela 2 – Análise descritiva do Perfil dos Empreendedores

Variável	Grupo de Tratamento		Grupo de Controle	
	Média	Desvio Padrão	Média	Desvio Padrão
Sexo	0,57	0,50	0,57	0,50
Naturalidade	0,63	0,49	0,47	0,51
Casado	0,70	0,50	0,70	0,47
Faixa Etária - 18 a 29	0,27	0,45	0,13	0,35
Faixa Etária - 30 a 39	0,40	0,50	0,27	0,45
Faixa Etária - 40 a 59	0,30	0,47	0,43	0,50
Faixa Etária - 60 ou mais	0,03	0,18	0,17	0,38
Ensino Fundamental	0,37	0,49	0,30	0,47
Ensino Médio	0,27	0,45	0,50	0,51
Ensino Superior	0,37	0,49	0,20	0,41
Casa própria	0,47	1,31	0,70	0,47
Outras atividades	0,17	0,38	0,40	0,50
Filhos	1,43	1,30	1,50	1,36
Quantos residem	1,10	1,09	0,83	0,91
Conjuge trabalha	0,50	0,51	0,40	0,50

Fonte: Elaboração própria.

Inicialmente, verifica-se que a maioria dos empresários do grupo tratado é do sexo masculino, casado, idade entre 30 e 39 e possui ensino superior ou fundamental. Não residem em casa própria, 17% deles possuem outra atividade remunerada fora à empresa, metade dos conjugues trabalham e possuem em média 1,4 filhos. Por sua vez, o grupo de controle apresenta algumas características semelhantes, como por exemplo, o sexo e o estado civil, porém, ele difere em relação as demais, observou-se um perfil relativamente mais velho, com grau de escolaridade médio e 40% deles possuem outra atividade remunerada além da empresa.

As variáveis que estão relacionadas à aplicação do programa, indicam que o indivíduo incluso no grupo tratado recebe R\$ 5480,00 em média, e a maior parte é utilizada na compra de material e equipamentos para a empresa. Veja a tabela 3.

Tabela 3 – Análise descritiva do programa Casa do Empreendedor

Variável	Obs	Média	Desvio Padrão	Mín	Max
Tempo de Benefício	30	3,47	1,22	2	5
Valor	30	5480,00	2720,60	1000	12000
Compra de material/Equip.	30	0,70	0,47	0	1
Satisfeito	30	0,97	0,18	0	1

Fonte: Elaboração própria.

A partir dos dados da tabela, nota-se também um elevado grau de satisfação entre os empreendedores com relação aos benefícios obtidos em decorrência da implantação da Casa do Empreendedor no município, 97% aprovaram os resultados após 3,4 anos em média de obtido o crédito. Os tópicos que virão a seguir, apresentam os resultados da análise sobre o impacto do programa a partir dos dados observados anteriormente.

5.1.1 Impacto do Programa sobre a Renda Familiar

Aplicando a regressão logística ordinal chegou-se aos dados apresentados na tabela 4 exposta a seguir. De acordo com os resultados, a variável que indica a participação do indivíduo no programa não garante significância estatística sobre todas as faixas de renda, porém, demonstra que os beneficiados pelo programa estão na camada social com menor poder aquisitivo, a probabilidade de um beneficiado estar entre as famílias que possuem até um salário mínimo é de 27,6 p.p (pontos percentuais), e até dois salários mínimos 36,4 p.p. Acima desta faixa, verifica-se que reduz a possibilidade do indivíduo ser beneficiado em -39,3 p.p para as que possuem de R\$1909,00 a R\$2599,00, -9 p.p entre R\$2600,00 a R\$3599,00, -12,6 p.p para a faixa de R\$3600,00 a R\$5000,00, e -3,1 p.p para acima disto.

Outro ponto que comprova a tendência do programa em atingir a classe mais pobre está explícita nos valores que indicam se o indivíduo possui casa própria, a probabilidade do indivíduo possuir sua casa é de -1,4 e -3,1 p.p para as duas primeiras faixas de renda, respectivamente, a partir da terceira, a probabilidade torna-se positiva.

As demais observações mensuradas estão expostas na tabela 4, vale salientar que foram utilizadas as variáveis explicativas que se julgaram necessárias para uma melhor estimativa, é importante observar os sinais apresentados após a aplicação, se seguiram ou não o esperado, e também o observar o seu grau de significância estatística. Verifique:

Tabela 4 – Regressão logística ordinal sobre a variável dependente “Renda Familiar”

Faixas de Renda:	Até R\$ 954,00		R\$ 954,01 a R1908,00		R\$ 1909,00 a R\$ 2599,00		R\$ 2600,00 a R\$ 3599,00		R\$ 3600,00 a R\$ 5000,00		Acima de R\$ 5000,00	
Variável	dy/dx	p-valor	dy/dx	p-valor	dy/dx	p-valor	dy/dx	p-valor	dy/dx	p-valor	dy/dx	p-valor
Programa	0,276	0,291	0,364*	0,004	-0,393*	0,012	-0,090	0,271	-0,126	0,358	-0,031	0,442
Atividade	-0,143	0,594	-0,113	0,080	0,203	0,402	0,022	0,367	0,025	0,396	0,005	0,430
Tempo de Mercado	0,003	0,653	0,008	0,640	-0,008	0,653	-0,001	0,641	-0,001	0,619	0,000	0,606
Motivo	-0,003	0,960	-0,007	0,960	0,008	0,960	0,001	0,960	0,001	0,960	0,000	0,960
Crédito em 2017	-0,003	0,965	-0,008	0,965	0,008	0,965	0,001	0,965	0,001	0,965	0,000	0,965
Formal	-0,198	0,284	-0,121	0,196	0,253*	0,040	0,027	0,154	0,032	0,223	0,007	0,244
Tempo de Benefício	-0,039	0,340	-0,087	0,305	0,092	0,341	0,014	0,341	0,016	0,279	0,004	0,307
Valor	0,000	0,188	0,000	0,164	0,000	0,136	0,000	0,265	0,000	0,353	0,000	0,372
Compra de Material	-0,083	0,337	-0,217	0,353	0,201	0,315	0,039	0,440	0,049	0,462	0,011	0,484
Outros Incentivos	-0,016	0,765	-0,039	0,779	0,040	0,772	0,006	0,779	0,007	0,787	0,002	0,793
Sexo	-0,027	0,710	-0,059	0,713	0,064	0,714	0,009	0,710	0,011	0,710	0,002	0,708
Naturalidade	-0,027	0,736	-0,046	0,724	0,049	0,731	0,007	0,723	0,009	0,720	0,002	0,719
Casado	-0,009	0,927	-0,020	0,924	0,021	0,925	0,003	0,924	0,004	0,924	0,001	0,923
Faixa Etária 18 a 29	0,511	0,434	0,029	0,944	-0,417*	0,046	-0,050	0,207	-0,060	0,202	-0,013	0,181
Faixa Etária 30 a 39	0,139	0,613	0,189	0,281	-0,246	0,472	-0,033	0,462	-0,040	0,448	-0,009	0,399
Faixa Etária 40 a 59	0,015	0,918	0,032	0,913	-0,035	0,916	-0,005	0,913	-0,006	0,911	-0,001	0,910
Fundamental	0,816*	0,000	0,016	0,871	-0,475*	0,000	-0,121	0,067	-0,187	0,080	-0,050	0,126
Médio	0,383*	0,017	0,255*	0,024	-0,435*	0,000	-0,078	0,099	-0,102	0,148	-0,024	0,185
Casa Própria	-0,014	0,841	-0,031	0,838	0,033	0,841	0,005	0,837	0,006	0,833	0,001	0,842
Outra Atividade	-0,040	0,620	-0,105	0,648	0,101	0,629	0,017	0,674	0,021	0,672	0,005	0,682
Filhos	0,004	0,898	0,010	0,897	-0,011	0,898	-0,002	0,897	-0,002	0,896	0,000	0,894
Quanto Residem	0,083	0,171	0,186	0,117	-0,196	0,092	-0,029	0,252	-0,035	0,330	-0,008	0,375
Quanto Trabalham	-0,086	0,227	-0,194	0,112	0,205	0,134	0,031	0,236	0,037	0,297	0,008	0,342
Conjuge Trabalha	-0,141	0,215	-0,292	0,074	0,289	0,102	0,056	0,231	0,072	0,256	0,016	0,289
Nº de Observações	N = 13		N = 18		N = 16		N = 4		N = 6		N = 3	

Fonte: Elaboração própria.

Obs:*p-valor<0,05.

Os valores observados demonstram que as variáveis que apresentam significância estatística após realizada a regressão foram a escolaridade do indivíduo, idade, formalidade da empresa e a participação no programa, dessa forma, pode-se verificar que quanto mais elevado o grau de escolaridade do indivíduo, maior a sua renda familiar. A variável que representa o tempo de participação do comerciante no programa apresentou o sinal esperado, quanto maior o intervalo de tempo, maior a possibilidade de um retorno positivo sobre a renda. A variável que indica que empresa atua de maneira formal, demonstra que existe uma maior probabilidade da renda familiar estar entre a terceira e a sexta faixa, assim como, se o indivíduo possui outra atividade fora à empresa, a chance de ele ter uma renda acima de dois salários mínimos é nítida.

5.1.2 Impacto do Programa sobre o Nível de Ocupação

O impacto do programa sobre o nível de empregos gerados pelas empresas estimado através da regressão múltipla, busca mensurar se de fato elevou-se a ocupação no município devido a sua implantação. A tabela 5 indica os valores após realizada a estimativa. Observe:

Tabela 5 – Regressão linear múltipla sobre a variável dependente “Ocupação”

Ocupação	Coefficiente	Erro-padrão	Teste t	P-valor	[Intervalo de confiança/95%]	
Programa	-1,0385	0,8032	-1,29	0,203	-2,6606	0,5836
Tempo de mercado	0,0420*	0,1952	2,15	0,038	0,0025	0,0814
Motivo	-0,5364	0,3066	-1,75	0,088	-1,1555	0,0827
Crédito em 2017	-1,7456*	0,4117	-4,24	0,000	-2,5770	-0,9141
Tempo de Benefício	-0,0374	0,1890	-0,20	0,844	-0,4190	0,3442
Valor	0,0002*	0,0001	2,03	0,049	6,7201	0,0003
Outros incentivos	0,4184	0,3935	1,06	0,294	0,3764	1,2132
Sexo	-0,0206	0,3719	-0,06	0,956	-0,7716	0,7304
Casado	0,3741	0,5933	0,63	0,532	-0,8240	1,5722
Idade - 18 a 29	2,1025*	0,8176	2,57	0,014	0,4513	3,7537
Idade - 30 a 39	1,1676	0,6647	1,76	0,086	-0,1749	2,5101
Idade - 40 a 59	0,5134	0,5544	0,93	0,360	-0,6062	1,6330
Ensino médio	0,8511*	0,3569	2,38	0,022	0,1302	1,5719
Ensino Superior	1,1267*	0,4138	2,72	0,009	0,2911	1,9623
Casa própria	0,5944	0,4245	1,40	0,169	-0,2629	1,4517
Outra atividade	-0,3866	0,4076	-0,95	0,348	-1,2098	0,4365
Filhos	0,1617	0,1746	0,93	0,360	-0,1908	0,5142
Conjuge trabalha	-0,2802	0,5289	-0,53	0,599	-1,3484	0,7880
Const.	0,4764	0,7224	0,66	0,513	-0,9826	1,9354

Observações = 60

R² = 55,83%

Fonte: Elaboração própria.

Obs: Estimado com erro-padrão robusto; *p-valor < 0,05.

É importante frisar que utilizou-se o erro-padrão robusto para corrigir a possibilidade de heterocedasticidade. De acordo com a tabela, as variáveis que apresentaram significância estatística foram: Tempo de mercado, Crédito em 2017, Valor, Idade e Escolaridade. Todas essas, exceto “Crédito em 2017”, apresentaram correlação positiva com a variável dependente, portanto, evidencia-se que quanto maior o tempo de funcionamento da microempresa maior seu nível de ocupação, assim como, os estabelecimentos que necessitaram de assistência de crédito em 2017 para sanar problemas de caixa, apresentam um menor número de funcionários. O R^2 na tabela fornece o percentual das variações da variável “Ocupação” que são explicadas pela variação das variáveis independentes, nesse caso, 55,83%

A relação positiva da variável “Idade – 18 a 29” indica que quanto mais novo o empreendedor maior o seu número de empregados, da mesma forma, quanto maior o valor em crédito recebido pelas empresas, maior o quadro de funcionários. Por último, a escolaridade do indivíduo, que afeta positivamente no número de ocupados no seu estabelecimento conforme o elevar no seu grau de instrução, 0,85 funcionários a mais nos estabelecimento com proprietários que possuem o ensino médio e 1,12 com ensino superior.

Entretanto, observando os valores apresentados pela variável “Programa”, novamente houve uma insignificância estatística após mensurar o seu impacto, dessa vez sobre o nível de ocupação dos estabelecimentos dos empreendedores beneficiados, apesar disso, outra vez indicou uma relação negativa com relação a variável dependente, o que induz a afirmar que os beneficiados pelo programa não possuem um maior número de funcionários devido ao seu baixo poder aquisitivo, e que portanto, durante o período de 2013 a 2018 a participação no programa não obteve um impacto acentuado sobre a geração de empregos.

Outras variáveis que se destacam aqui, são: Motivo, Outros incentivos, Casado, Casa própria e Filhos, estas, apesar de não apresentaram significância estatística, seguiram o sinal esperado, ou seja, as empresas que iniciam as atividades devido a necessidade do seu proprietário apresentam um menor número de funcionários, por isso, o sinal negativo observado. As demais apresentam relação positiva, portanto, as empresas que buscam outro meio de incentivo financeiro, além da Casa do Empreendedor, conseguem manter um maior quadro de pessoas, além disso, de acordo com as características pessoais do empresário, se o indivíduo é casado e possui casa própria, ele tem mais responsabilidades e menos custos, consequentemente uma empresa com mais funcionários, por fim, quanto maior o número de filhos maior a possibilidade de alocar algum deles em seu negócio familiar, elevando assim o número de ocupados no estabelecimento.

5.1.3 Impacto do Programa sobre a Variação no Faturamento

Nesta parte do capítulo, buscou-se avaliar o impacto do programa sobre a variação percentual no faturamento do estabelecimento, a análise foi feita com base na alteração entre o ano de 2016 e 2017, os resultados estão expostos a seguir na tabela 6.

Tabela 6 – Regressão linear múltipla sobre a variável dependente “Variação no Faturamento”

Variação no Faturamento	Coefficiente	Erro-padrão	Teste t	P-valor	[Intervalo de confiança/95%]	
Programa	0,3013	0,4245	0,71	0,483	-0,5624	1,1650
Tempo de mercado	-0,0100	0,0061	-1,65	0,109	-0,0224	0,0024
Motivo	0,0056	0,1422	0,04	0,969	-0,2836	0,2948
Crédito em 2017	-0,2918	0,2154	-1,35	0,185	-0,7299	0,1464
Tempo de Benefício	-0,0629	0,0782	-0,80	0,427	-0,2221	0,0962
Valor	0,0000	0,0000	0,34	0,736	-0,0001	0,0001
Outros incentivos	-0,1284	0,1143	-1,12	0,269	-0,3608	0,1041
Sexo	-0,1224	0,1495	-0,82	0,419	-0,4265	0,1818
Casado	0,3579	0,2717	1,32	0,197	-0,1948	0,9105
Idade - 18 a 29	0,0609	0,3045	0,20	0,843	-0,5587	0,6805
Idade - 30 a 39	-0,0631	0,1841	-0,34	0,734	-0,4376	0,3114
Idade - 40 a 59	0,0381	0,1605	0,24	0,814	-0,2885	0,3466
Ensino Fundamental	-0,3233	0,1732	-1,87	0,071	-0,6757	0,0290
Ensino Médio	-0,0099	0,1863	-0,05	0,958	-0,3888	0,3691
Casa própria	-0,1541	0,1467	-1,05	0,301	-0,4525	0,1443
Outra atividade	-0,0560	0,1519	-0,37	0,715	-0,3651	0,2531
Filhos	-0,0555	0,0481	-1,15	0,257	-0,1535	0,0424
Conjuge trabalha	-0,3214	0,2738	-1,17	0,249	-0,8784	0,2356
Const.	0,3983*	0,1835	2,17	0,037	0,0250	0,7717

Observações = 52

$R^2 = 38,57\%$

Fonte: Elaboração própria.

Obs: Estimado com erro-padrão robusto;

*p-valor < 0,05.

Observando a tabela, verifica-se que nenhuma das variáveis explicativas apresentaram um impacto estatisticamente significativo, porém, o R^2 indica 38,57% das variações no faturamento são explicadas por elas. A partir dos valores, existe a hipótese de que a participação no programa estabelece uma reação positiva na variação do faturamento entre 2016 e 2017, nesse caso elevando-se em 30%, porém, não há garantia para esta afirmativa devido à falta de significância estatística. As empresas mais jovens no mercado, apresentam uma maior variação no faturamento nesse período e a escolaridade do empreendedor também

afeta positivamente, pois, apesar do impacto negativo observado sobre os que possuem ensino fundamental ou médio, a diferença do primeiro para o segundo caso, é alta.

Observa-se que as empresas que necessitaram de empréstimos em 2017 para sanar problemas de caixa, apresentaram uma queda de 29% no seu faturamento com relação a 2016, justificando assim a busca pelo crédito. Outra variável que seguiu o sinal esperado foi o “Tempo de Benefício”, esta indicou que os empreendedores que receberam o benefício da Casa do Empreendedor a um maior intervalo de tempo, apresentaram entre os dois anos, uma menor variação no faturamento se comparado com os beneficiados recentemente.

A avaliação do impacto do programa tornou-se mais uma vez superficial devido a insignificância estatística apresentada pela variável explicativa, além disso, existem fatores não observáveis que podem ter afetado na análise, porém, a relação positiva entre as variáveis seguiu de acordo com o esperado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As conclusões obtidas a partir do estudo realizado sobre a implantação do programa Casa do Empreendedor em Bananeiras-PB, indicam a existência de uma relação positiva entre o quadro macroeconômico do município e a sua atuação durante o período de 2013 a 2018, entretanto, verificou-se que essa tendência evolutiva não foi registrada apenas na cidade, o que indica que essa relação possa estar relacionada a outros fatores não observados aqui.

A estimativa do impacto do programa de microcrédito sobre as variáveis renda familiar, ocupação e variação no faturamento das empresas, indicou que os dados primários obtidos através da amostra coletada, se mostraram insuficientes para garantir uma significância estatística apesar de evidenciar uma correlação entre elas, porém, a amostra foi suficiente para expor a importância de outras variáveis analisadas, como por exemplo: a escolaridade do indivíduo, esta apresentou significância estatística nas estimativas sobre as variáveis, indicando relação positiva com um maior nível de renda, maior número de empregados e maior faturamento empresarial, portanto, uma afirmativa sobre a importância da educação para o empreendedor.

A análise também evidencia a satisfação dos empreendedores beneficiados pelo programa, isso demonstra o motivo no qual ele segue atuando até os dias atuais com uma demanda que se eleva gradativamente. A pesquisa aplicada em campo, comprova a importância do programa para as empresas e para as famílias através dos relatos e agradecimentos dos entrevistados.

Portanto, o aspecto social que programa estabelece é um ponto primordial para a sua sequência nos próximos anos, apesar da insuficiência amostral observada, a fonte de renda gerada através da Casa do Empreendedor e os benefícios alcançados para o município são evidentes e valorosos.

Através de um estudo mais aprofundado, pode-se chegar a conclusões mais claras, ou seja, é possível obter significância estatística do verdadeiro impacto do programa sobre as variáveis dependentes analisadas, e além disso, mensurar o retorno econômico gerado para a sociedade através de cálculos matemáticos-financeiros, mas, para isso são necessários recursos que garantam uma amostra com dados suficientes e se possível, um maior intervalo de tempo de atuação do projeto.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Andreia Raquel Pereira et al. **Retornos não econômicos da educação**: impacto da educação no estado de saúde dos indivíduos. 2017. 50 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade do Minho. Braga, 2017. Disponível em: <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/46516/1/Andreia%20Raquel%20Pereira%20Barros.pdf>>. Acesso em: 25 maio. 2018.
- BEZERRA, E. et al. Políticas Públicas de Empreendedorismo no Brasil: Levantamento e Análise. **Anais do VIII Encontro de Estudos em Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE)**, Goiânia, 2014.
- CARPINTÉRO, José Newton Cabral; BACIC, Miguel Juan. Empreendedorismo e desenvolvimento. In: **World Conference of Business Incubation–WCBI**. 2001. p. 1-17.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- DATA, IPEA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: jan. 2018.
- DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo**. Elsevier Brasil, 2008.
- GUEDES, A. G. Efeitos do microcrédito rural sobre a produção agropecuária: evidências do programa agroamigo. 2017. 47 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.
- GUSSI, Alcides Fernando. Apontamentos teórico-metodológicos para a avaliação de programas de microcrédito. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/5>>. Acesso em: 05 out. 2017.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC. **Banco de dados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <<http://munic.ibge.gov.br/index.php>>. Acesso em: 10 fev. 2018.
- KAGEYAMA, Angela. Produtividade e renda na agricultura familiar: efeitos do PRONAF-crédito. **Agricultura em São Paulo**, v. 50, n. 2, p. 1-13, 2003. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-03-1.pdf>>. Acesso em: 08 out. 2017.
- MANUS, R. Essa sua tese inútil de doutorado. **Jornal Estadão**, São Paulo, 04 abr. 2018. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/blogs/ruth-manus/essa-sua-tese-inutil-de-doutorado/>>. Acesso em: 08 abr. 2018.
- MENEZES FILHO, Naércio et al. **Avaliação econômica de projetos sociais**. São Paulo: Dinâmica Gráfica e Editora, 2012.
- NERI, Marcelo Cortes. **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro: perfil e performance dos clientes do Crediamigo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008.

SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira et al. **Produto interno bruto por Unidade da Federação**. Brasília: IPEA, maio, 1996. (Texto para discussão, n. 424).

SILVA, Benedicto. **Teoria das Funções Municipais**. Rio de Janeiro, 1954.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. **Microcrédito na região metropolitana do Recife: experiência empreendedora do Ceape**. 2005. 62 p. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/4355>>. Acesso em: 08 mar. 2018.

ZOUAIN, Deborah Moraes; BARONE, Francisco Marcelo. Excertos sobre política pública de acesso ao crédito como ferramenta de combate à pobreza e inclusão social: o microcrédito na era FHC. **Revista de Administração Pública**, v. 41, n. 2, p. 369-380, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000200010&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 06 out. 2017.

APÊNDICE A



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Orientador: Dr. Aléssio Tony C. de Almeida

Aluno: Rodrigo Alves da Costa

QUESTIONÁRIO REFERENTE À PESQUISA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

1º) QUAL O RAMO DE ATIVIDADE DO EMPREENDIMENTO?

- () Vestuário () Bar
() Alimentício () Outros. Qual: _____
() Varejo

2º) QUAL O ANO DO INÍCIO DO EMPREENDIMENTO? _____

3º) ABRIU O EMPREENDIMENTO POR NECESSIDADE OU POR OPORTUNIDADE DE NEGÓCIO?

- () Por necessidade () Por oportunidade

4º) DURANTE O ANO DE 2017, QUANTAS VEZES VOCÊ PRECISOU RECORRER AS FONTES DE CRÉDITO PARA SANAR PROBLEMAS COM A GESTÃO DO FLUXO DE CAIXA DA EMPRESA:

- () 0 () 1 vez () 2 vezes () 3 vezes () 4 vezes () 5 vezes ou mais

5º) POSSUI CNPJ?

- () SIM () NÃO

6º) RECEBEU ALGUM BENEFÍCIO DE CRÉDITO DO PROGRAMA CASA DO EMPREENDEDOR DO MUNICÍPIO DE BANANEIRAS – PB?

- () SIM. Período? _____ () NÃO (pule para a 10ª questão)

7º) VALOR RECEBIDO DO PROGRAMA?

R\$ _____

8º) COMO FOI UTILIZADO O RECURSO DO PROGRAMA?

- () Pagamento de dívidas () Reforma do estabelecimento
() Compra de equipamentos () Publicidade
() Outro. Qual? _____

9º) NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO RETORNO DO PROGRAMA?

- () Insatisfeito(a) () Satisfeito
() Pouco satisfeito(a) () Muito Satisfeito

10º) A EMPRESA RECEBEU OUTRO BENEFÍCIO DE INCENTIVO OU CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL?

- () Agroamigo. Período? _____ () Crediamigo. Período? _____
 () Consultoria do Sebrae. Período? _____ () Empreender-PB. Período? _____
 () Outro. Qual? _____ Período? _____ () Não recebeu

11º) NÚMERO DE PESSOAS OCUPADOS NO ESTABELECIMENTO? _____**12º) DESTAS PESSOAS OCUPADAS, QUANTOS SÃO PARENTES/FAMILIARES?** _____**13º) QUAL FOI A VARIAÇÃO DO FATURAMENTO DA EMPRESA ENTRE 2016 E 2017?** _____**PERFIL DO ENTREVISTADO****14º) SEXO:**

- () Masculino () Feminino

15º) NATURAL DE BANANEIRAS?

- () Sim () Não. Qual a cidade/Estado? _____

16º) ESTADO CIVIL:

- () Solteiro(a) () Casado(a) () Divorciado(a) () Viúvo(a)

17º) FAIXA ETÁRIA:

- () 18 - 29 () 40 - 59
 () 30 - 39 () 60 ou mais

18º) ESCOLARIDADE:

- () Fundamental Incompleto () Médio Incompleto () Superior Incompleto
 () Fundamental Completo () Médio Completo () Superior Completo

19º) SUA RESIDÊNCIA É:

- () Própria () Alugada () Cedida/emprestada () Mora com seus pais

20º) FORA DA EMPRESA VOCÊ TEM OUTRA ATIVIDADE REMUNERADA?

- () SIM QUAL?
 () NÃO

21º) POSSUI FILHOS:

- () SIM / quantos? _____ () NÃO

22º) QUANTOS FILHOS RESIDEM COM VOCÊ? _____**23º) SEU CÔNJUGE (ESPOSO OU ESPOSA) TRABALHA?** _____**24º) DOS FILHOS RESIDENTES, QUANTOS TRABALHAM?** _____**25º) FAXA DE RENDA FAMILIAR:**

- () Até R\$954,00 () R\$1.909,00 – R\$2.599,00 () R\$2.600,00 – R\$3.599,00
 () R\$ 954,01 – R\$1.908,00 () R\$3.600,00 – R\$5.000,00 () Acima de R\$5.000,00

Local da pesquisa _____, na data: ____/____/____